

Covas acusa Antonio Carlos de retaliação

São Paulo — O governador de São Paulo, Mário Covas, reagiu com irritação a acusação do senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) ao ministro do Planejamento, José Serra, na última terça-feira, de que haveria um tratamento privilegiado aos paulistas.

Visivelmente mal-humorado, Covas afirmou ontem desconhecer os motivos das críticas, mas admitiu que talvez seja uma retaliação em relação ao Banco Econômico.

A instituição bancária da Bahia, que passa por sérias dificuldades financeiras, teria recebido um tratamento muito mais severo do Banco Central do que o Banespa, uma instituição paulista considerada falida pela equipe econômica.

“Não sei se isso tem a ver com o Banco Econômico ou se esse pessoal acha que aqui em São Paulo só fazemos coisas erradas”, observou Covas.

“Sinceramente, acho que vocês deveriam perguntar ao senador o que motivou tais críticas. Não sei de onde saiu essa história de favorecimento”.

Bloqueio — Covas observou que em seu governo, pela primeira vez, o estado teve bloqueadas as contas de uma de suas empresas.

Ele se referia à Companhia

Energética de São Paulo (Cesp), que sofreu o bloqueio em virtude de uma dívida com a Eletrobrás, ainda no governo anterior. De R\$ 900 milhões, em 1º de janeiro, hoje são R\$ 1,6 bilhão.

Sobre a dívida da Cesp, o governador paulista lembrou que o estado teve que buscar empréstimos externos de US\$ 700 milhões para quitar parte do débito.

“O engraçado é que só agora o senador Magalhães se lembrou dessa dívida, que existe há dois anos”, ironizou.

“Hoje (ontem) mesmo liquei para o ministro de Minas e Energia, Raimundo Brito, para saber quais são os outros estados devedores

da Eletrobrás. Não o encontrei, mas ainda não desisti de saber quais são esses estados e porque de apenas São Paulo ter sido citado”, afirmou.

De acordo com o secretário estadual de Energia, David Zylberstajn — genro do presidente Fernando Henrique — as críticas do senador baiano têm evidente cunho político.

Segundo ele, as pendências entre as três companhias elétricas paulistas e a Eletrobrás já foram resolvidas, sem qualquer favorecimento. “Os pagamentos estão muito bem encaminhados e não há qualquer problema com a Eletrobrás”.

Carlos Moura



Covas: “Não sei se isso tem a ver com o Banco Econômico ou se acham que em São Paulo só fazemos coisas erradas”

Diplomatas pedem anulação de inquérito

A defesa dos três diplomatas brasileiros, acusados por desvio de verbas da Embaixada do Brasil no Iraque, entrou ontem com mandado de segurança preventivo no Supremo Tribunal Federal para impedir suas prováveis demissões dos quadros do Itamaraty.

O embaixador Mauro Couto, o conselheiro René Loncan Filho e o oficial de chancelaria Alcenir Rodrigues de Oliveira sustentam que houve cerceamento de defesa no processo administrativo disciplinar instaurado no Ministério das Relações Exteriores.

O mandado de segurança, que terá como relator o ministro Ilmar Galvão, pede liminarmente a suspensão do processo para que se impeça qualquer punição dos diplomatas.

O objetivo é a anulação dos procedimentos tomados e a reabertura das investigações.

Defensor dos diplomatas, o advogado Inocêncio Mártires Coelho sustenta nunca ter recebido cópia do relatório do caso a ser encaminhado ao presidente Fernando Henrique Cardoso para julgamento.

Lotados na embaixada do Iraque entre 1988 e 1991, os diplomatas são acusados de utilização indevida de dinheiro público, bem como de recorrer ao mercado paralelo do dólar para conversão da verba da representação.

Eles afirmam que usaram o câmbio negro para levantar mais recursos, diante das poucas verbas recebidas para as obras na sede da embaixada.